

PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Um jornal de exilados

Copyright © 2017
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

ISABEL SIQUEIRA TRAVANCAS
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
ORCID: 0000-0002-4467-0626

DOI: <http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.979>

RESUMO – O objetivo deste artigo é apresentar o jornal *Portugal Democrático* através de sua história, de seu estilo e formato. Trata-se de uma publicação periódica produzida em São Paulo por exilados portugueses durante a ditadura de Antônio Salazar (1926-1974). O jornal começou a circular em 1956 e chegou ao fim em 1975, um ano depois da Revolução dos Cravos ocorrida em 25 de abril de 1974. Lutar contra a ditadura salazarista fora de Portugal foi o motivo da criação do jornal no Brasil, onde contou com a colaboração de jornalistas e intelectuais brasileiros. O trabalho analisa o jornal *Portugal Democrático* tanto em seu aspecto político quanto em sua feição editorial e conclui que o periódico teve um papel maior do que informativo. Ele foi parte importante no movimento internacional de oposição e resistência ao regime ditatorial de Salazar.

Palavras-chave: Imprensa; exílio; Portugal; intelectual.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO: un periódico de exiliados

RESUMEN – El objetivo de este artículo es dar a conocer el periódico *Portugal Democrático* a través de su historia, de su estilo y formato. Se trata de una publicación periódica producida en São Paulo por los exiliados portugueses durante la dictadura de Antônio Salazar (1926-1974). El periódico comenzó a circular en 1956 y dejó de publicarse en 1975, un año después de la Revolución de los Claveles el 25 de abril de 1974. La lucha contra la dictadura salazarista que se llevó a cabo fuera de Portugal fue el motivo de la creación del periódico en Brasil, en la que colaboraron periodistas e intelectuales brasileños. Este trabajo analiza el periódico tanto en el aspecto político como en el editorial. Una de las conclusiones principales es la gran relevancia que el periódico tuvo más allá de su rol informativo, formando parte del movimiento internacional de oposición y resistencia al régimen dictatorial de Salazar.

Palabras clave: prensa, exilio, Portugal, intelectual.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO: an exiles' newspaper a newspaper of exiled

ABSTRACT – The purpose of this article is to present the newspaper *Portugal Democrático* (Democratic Portugal) through its history, its style and format. It is a

periodical publication produced in São Paulo by Portuguese exiles during the dictatorship of Antônio Salazar (1926-1974). The newspaper began to circulate in 1956 and came to an end in 1975, a year after the Carnation Revolution that occurred on April 25, 1974. Fighting the Salazar dictatorship outside Portugal was the reason for the creation of the newspaper in Brazil, where it also had the collaboration of Brazilian journalists and intellectuals. This paper analyzes the newspaper *Portugal Democrático* both in its political aspect and in its editorial feature and concludes that the paper played a greater role than informative. It was an important part of the international opposition movement and resistance to Salazar's dictatorial regime.

Key words: press, exile, Portugal, intellectual.

1. Introdução

Exílio português, imprensa e memória. Esses são os temas que guiam essa pesquisa sobre os exilados portugueses no Brasil durante a ditadura de Salazar e seus jornais. O regime autoritário português foi uma das mais longas ditaduras do século passado. Ela durou de 28 de maio de 1926 a 25 de abril de 1974, e sua figura central foi Antônio de Oliveira Salazar. Ele se tornou presidente do Conselho de Ministros em 1932 e deixou o Governo em 1968. Marcelo Caetano foi seu substituto. Este regime – que se autodenominou Estado Novo – e durou quase cinco décadas, foi considerado um nacionalismo autoritário. Esse nacionalismo esteve ligado à ideologia colonial e à noção de império. O período Salazar se caracterizou por ser um pelo Estado policial repressivo, que impediu a modernização, a reflexão crítica e manteve altos os índices de analfabetismo em Portugal. Dentro desse contexto, o espaço para a oposição era muito restrito e muitos de seus membros decidem ou são mesmo obrigados a deixar o país.

Este artigo tem como objetivo principal analisar o jornal *Portugal Democrático* através de sua história e de suas edições. Ele faz parte de um projeto de pesquisa sobre as publicações produzidas pelos exilados portugueses no Brasil que inclui: a análise do jornal mais importante – *Portugal Democrático* – e a realização de entrevistas² com portugueses exilados. A atividade principal desses opositores do regime português era divulgar o governo autoritário e repressor e lutar pelo seu fim à distância. Os periódicos que criaram são uma

das formas de luta. Neste trabalho, uso a expressão “oposição” sem distinguir correntes ideológicas, projetos políticos ou mesmo visões de mundo, o que certamente será realizado posteriormente.

O periódico teve 205 edições ao longo de três décadas. Foi realizado um levantamento das edições em bibliotecas no Brasil e em Portugal seguido de uma primeira leitura de toda a coleção. A Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, possui a coleção completa do periódico encadernada e disponível para pesquisa. Uma parte de suas edições já está disponível para leitura na internet. Depois de muitas buscas, foi possível localizar na Cátedra Jorge de Sena na Faculdade de Letras da UFRJ, outra coleção praticamente completa em seu arquivo. Para este trabalho, foi feita uma seleção de oito edições significativas com temas de destaque, datas históricas e reportagens e matérias assinadas relevantes. Foram elas: o primeiro número do jornal de julho de 1956, o de maio de 1959 que cobre a vinda de Humberto Delgado ao Brasil, o de abril de 1964 para avaliar a presença no Brasil em suas páginas a partir do golpe militar, a edição de setembro de 1970 que comenta a morte de Salazar, o tratamento da Guerra Colonial no número de outubro/novembro do mesmo ano, o fim da ditadura e a Revolução dos Cravos na edição de maio de 1974 e os dois últimos números do jornal de março e abril de 1975, quando a Revolução completava um ano.

A meu ver, esta pesquisa é relevante sob muitos aspectos. Em primeiro lugar, pelo desconhecimento sobre os periódicos produzidos por portugueses no exílio no Brasil e na França, como é o caso do jornal *Alarme* (Ferreira, 2016). No Brasil, houve vários jornais, mas nenhum teve a duração e a importância do *Portugal Democrático*. Foi um jornal de expressão da intelectualidade portuguesa e também brasileira, como veremos adiante. Ele circulou praticamente ininterruptamente – teve um breve intervalo de menos de um ano entre 1957 e 1958 –, e conseguiu seguir circulando mesmo depois do golpe militar brasileiro. A longevidade do jornal e sua especificidade contribuem para ampliar as reflexões sobre a imprensa dita “alternativa” e suas particularidades. E, por fim, o *Portugal Democrático* pode também ser estudado tanto como um interessante retrato da ditadura portuguesa do ponto de vista de um grupo de portugueses no Brasil, bem como documento da história da imprensa produzida por portugueses à distância, pela sua proposta editorial, seu formato, suas manchetes, seu corpo de colaboradores, seu projeto gráfico e sua linguagem.

2. Exílio e emigração

Pensar no exílio é pensar em distanciamento. O intelectual Edward Said (2003) em suas reflexões sobre o exílio afirma: “O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. É uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada” (p. 46).

Para Said (2003), mesmo com as adaptações pessoais, “as realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre”. Ele vai mais longe ao enfatizar que a “moderna cultura ocidental é, em larga medida, obra de exilados, emigrantes, refugiados” (p. 46).

O historiador Bruno Groppo (2002), pesquisador do exílio na Europa, afirma que o fenômeno se transformou ao longo do tempo e ganhou especificidade no século XX.

Para ele

O exílio político é visto como um componente de um fenômeno muito mais amplo, o dos refugiados, que atingiu um desenvolvimento espetacular a partir da Primeira Guerra Mundial e que, após ter sido um problema essencialmente europeu na primeira metade do século, tornou-se, em seguida, um problema mundial, permanecendo como tal até nossos dias (p. 70).

A seu ver, o exílio é uma forma de migração que se distingue das migrações ditas econômicas pelo seu caráter forçado: “O exílio é uma migração involuntária daquele que teria sonhado ficar em seu país, mas que foi cassado ou que teve de deixá-lo para escapar às perseguições ou às ameaças graves” (Groppo, 2002).

Seu objetivo é salvar a vida e a liberdade, e ele é o resultado de regimes autoritários e ditatoriais. E, ainda que se possa falar em exilados no plural, a experiência do exílio é vivida de forma pessoal e subjetiva. Isso fica visível na própria relação que estabelecem com o país que os acolhe.

O indivíduo exilado é definido pelo antropólogo Douglas Silva (2007), que investigou os portugueses, como “personagem engajado em atividades coletivas de intervenção cultural e política, no estrangeiro, destinadas a por termos ao seu próprio exílio” (p. 16). Vale destacar que o exílio se diferencia de outros processos migratórios pela relação estreita e intensa que os exilados mantêm com seu país de origem. A permanência no exílio é vivida como temporária. E, portanto, ser exilado político é distinto de ser emigrante.

Para o historiador Mauricio Parada (2015), outro ponto importante de distinção entre o emigrante e o exilado é a impossibilidade de retorno. “Sua trajetória depende de situações que não controla, em condição de instabilidade perpétua convive e negocia sua experiência com o outro” (p. 93). A vivência do exílio vai trazer estranhamentos e desenraizamentos específicos, assim como a possibilidade/necessidade de criação de redes de solidariedade. Os depoimentos de exilados em distintos contextos explicitam isso (Rollemberg, 1999; Barcelos, 2009).

3. Ser refugiado

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, afirmava em 2002, que “os refugiados não mudam de lugar, perdem seu lugar na terra”. Ele lembra que nos duzentos anos da história moderna os refugiados – “pessoas sem lugar” – eram responsabilidade do país de acolhida. Os refugiados, a seu ver, estão entre dois fogos: expulsos à força de seu país e tendo a entrada negada em outro.

Em 1951, foi estabelecido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados um “Estatuto dos Refugiados” onde afirma que pode ser considerada refugiada:

qualquer pessoa que devido a temores fundados de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade ou por pertencer a determinado grupo social ou por opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido a tais temores, não queira recorrer à proteção de tal país.

Grosso (2002, p. 99) salienta que as noções de exilado, refugiado e emigrado são difíceis de serem definidas satisfatoriamente. Mas podemos estabelecer pontos de contato entre os refugiados e os exilados, o Estatuto das Nações Unidas confere aos primeiros um lugar específico e distinto dos exilados.

4. A emigração portuguesa

A história da emigração portuguesa para o Brasil é bastante complexa. Ela deve ser pensada como um processo que não se iniciou com a Independência, mas logo após a “descoberta” no século XVI, e tem muitas nuances. “Do século XIX até 1930 foi vista como ameaça à nacionalidade brasileira; de 1930 a 1945, durante a era Vargas,

assumiu o papel de reforço da nacionalidade ante a ameaça fascista”, segundo a pesquisadora Andrea Telo da Côrte (2013, p. 39). O Brasil foi o país que mais emigrantes portugueses recebeu entre 1900 e 1967 (Escudero, 2007). Era uma massa de cidadãos que chegaram na ex-colônia em busca de trabalho, de uma vida melhor e muitas vezes fugindo da fome. Grande parte desses emigrantes tinha baixa escolaridade ou era quase analfabeta. O Brasil surgia como um lugar de esperança e possibilidades.

Para a historiadora Maria Luisa Paschkes (1985),

O governo de Salazar foi, sem dúvida, o primeiro da história portuguesa a estimular de forma direta e sistematicamente a emigração. Por um lado, a orientação da política econômica voltada para os setores secundário e terciário estimulou o êxodo do campo para a cidade. Por outro, a implantação posterior de uma política de emprego levou o governo a ter um maior controle das necessidades de mão de obra do mercado interno e do “excedente” (p. 58).

Durante os primeiros 22 anos do regime – de 1928 a 1950 –, o fluxo migratório não parou. Em 1929, por exemplo, foram 36.893 emigrantes que se dirigiram principalmente ao Brasil. Segundo Paschkes, “o governo Salazar se dará conta de sua maldição: o mercado de trabalho começa a se desequilibrar por ‘fatores exteriores’ ou por ‘fenômenos extra econômicos’, numa alusão aos atrativos mercado europeu e a guerra colonial” (Paschkes, 1985, p. 59).

5. Imprensa portuguesa no exílio

A pesquisadora Heloisa Paulo (2007, p. 64) divide o jornalismo de oposição no Brasil em três fases:

- A primeira do início dos anos 30, cujo jornal *Portugal Republicano* é o mais forte representante. Escreveram nele: Bernardino Machado, Raul Proença, Ramada Curto. Além do jornal, notas publicadas na imprensa do Rio de Janeiro compõem essa etapa.

- A segunda, iniciada nos anos 40, se caracteriza pela presença dos membros da oposição ao regime de Salazar nos jornais do país. Os principais participantes desta fase são: Lúcio Pinheiro dos Santos, Jaime de Moraes, Novais Teixeira, Sarmiento de Beires, Thomas Ribeiro Colaço. Ainda nesta fase, alguns deles deixam de atuar na imprensa e surgem novos como: Francisco Cachapuz (pseudônimo Paulo de Castro)

e Miguel Urbano Rodrigues. Os principais jornais que publicaram textos dos exilados foram: *Última Hora*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Jornal*, do Rio de Janeiro e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo.

- A terceira e última fase se caracteriza pelo surgimento dos periódicos de oposição produzidos no final dos anos 50 como *Portugal Democrático* e *Portugal Livre* que expressam a visão de distintos grupos de oposição ao regime. O primeiro foi criado por homens ligados ao Partido Comunista como Vitor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura e republicanos como João Sarmento Pimentel. *Portugal Livre* nasce em 1959 dirigido oficialmente por Cláudio Abramo, que na ocasião trabalhava em *O Estado de São Paulo*. O jornal foi idealizado por alguns exilados insatisfeitos com a linha editorial do *Portugal Democrático* como Humberto Delgado. O periódico teve vida curta com apenas dezesseis edições de novembro de 1959 a março de 1961 e contou com a participação de Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos, Paulo de Castro, Pedroso Lima e Miguel Urbano Rodrigues.

Ainda na terceira fase, no final dos anos 50, surge em São Paulo o periódico *Colônia Portuguesa* dirigido por Joaquim Duarte Batista e tendo Gonçalves Paratudo como chefe de redação. Sua característica era ser um jornal dirigido à colônia portuguesa, mas com perfil de oposição. Também de São Paulo, já nos anos 70 e pelo mesmo diretor, é criada a publicação *Semana Portuguesa*. No início dos anos 60, surge no Rio de Janeiro o jornal *Oposição Portuguesa* e o jornalista brasileiro Seraphim Porto era o diretor. Trata-se de uma publicação de seguidores do general Humberto Delgado no Brasil. Ao final da mesma década, é criado o periódico *Duas Bandeiras*. Escrevem nele Fernando Queiroga, seu idealizador, e Roberto das Neves. Com suas críticas ao governo de Salazar, atrai atenção das ditaduras portuguesa e brasileira naquele momento.

6. Portugal Democrático: um jornal de além-mar

No levantamento de publicações editadas no Brasil pelos exilados portugueses, um jornal se destacou: *Portugal Democrático*. Foi o mais importante jornal editado pelos exilados portugueses no país. Ele era produzido em São Paulo e circulou mensalmente de 7 de julho de 1956 a 1975, sendo a edição número 205 do ano XIX a última,

sem data precisa. Durante as duas décadas de sua existência enfrentou várias dificuldades financeiras e de circulação, tanto na comunidade portuguesa quanto na sociedade brasileira, o que levou a uma breve interrupção de sua publicação entre agosto de 1957 e maio de 1958.

O *Portugal Democrático* encerra suas atividades em abril de 1975, um ano depois da Revolução dos Cravos e do fim da ditadura. Segundo Silva (2006, p. 94), o que viabilizou a longevidade do jornal foi o fato de contar com redes nacionais e internacionais que possibilitaram a sua existência e circulação, uma vez que o periódico não tinha praticamente nenhuma penetração junto aos emigrantes portugueses no Brasil, uma vez que grande parte desse universo vem para o país em busca de trabalho, fugindo da miséria e é em grande parte católico e salazarista. Ou seja, tem um perfil bastante distinto dos exilados, tanto em termos de formação intelectual quanto de visão política.

Reforça essa ideia a visão da historiadora Heloisa Paulo (2006/2007) sobre a relação dos dois grupos de portugueses no país. Ela comenta:

Durante todo o período de vigência do governo ditatorial em Portugal e da atividade dos opositoristas no Brasil, a reação maior contra os opositoristas vem dos próprios emigrantes "salazaristas". Nos jornais oficiais da colônia, os artigos publicados demonstram a "aversão" a toda e qualquer acção realizada pelos opositores contra o regime de Lisboa [...] Preocupados com um possível avanço dos opositoristas nos órgãos da colônia, vão denunciar e "conspirar" para a segregação dos emigrados políticos (p. 133).

A história do *Portugal Democrático* pode ser dividida em duas fases: a primeira que dura dois anos – 1956 e 1957 – quando tem uma tiragem pequena, e a segunda a partir de 1958 quando se torna um jornal de médio porte, com tiragem média de 4 mil exemplares. Ele é lançado com oito páginas, com periodicidade mensal, tornando-se posteriormente semanal. Afirmava na primeira página: "Sai no primeiro sábado de cada mês". No início, é lido somente em São Paulo e com o tempo a circulação se torna nacional. Seu formato é tabloide, com capa de duas cores e depois muda para *standard* com cor nas páginas internas. O diretor responsável até 1970 foi o brasileiro Octavio Martins de Moura. O jornal até 1958 tinha sua sede na Rua Líbero Badaró, 561, sala 506, em São Paulo. Depois passou a funcionar na rua Conselheiro Furtado, 191. A partir de 1971, Edison Rodrigues Chaves, também brasileiro, torna-se diretor permanecendo no cargo até 1975, quando o jornal deixa de circular.

Os criadores do jornal foram Vítor Almeida Ramos e Manuel

Ferreira Moura que atuaram em toda a sua história até o 25 de Abril. O grupo que fundou o periódico tinha grande diversidade política. Havia republicanos, simpatizantes do socialismo, mas a maior parte era de comunistas, membros do Partido Comunista Português, como Miguel Urbano Rodrigues, Augusto Aragão, o historiador Joaquim Barradas de Carvalho e os sociólogos Antonio Bidarra da Fonseca e Joaquim Quitério, que colaboraram com o jornal em diferentes fases. Já Carlos Assumpção Neves e Joaquim Duarte Baptista vinham do antigo Centro Republicano Português; João Sarmento Pimentel e Jaime Cortesão eram republicanos liberais; e o escritor Thomaz Ribeiro Colaço, monarquista. Segundo Leitão (2015), Pimentel foi “figura de ponta da luta contra o salazarismo e um dos fundadores do jornal, tendo chegado ao Brasil em 1927, logo após o golpe militar de 1926” (p. 280).

Para o pesquisador Douglas da Silva (2006), o jornal foi mais do que um periódico informativo. Ele fazia parte de “um movimento internacional de contestação ao regime salazarista e ao Estado Novo português” e reunia um conjunto muito diversificado de posições políticas (p. 33). Vale lembrar que com o final da Segunda Guerra Mundial e o retorno aos governos democráticos no Brasil, o país se tornou um lugar de acolhimento dos opositores do regime de Salazar.

O grupo que atuou no *Portugal Democrático* reunia intelectuais, jornalistas, escritores, artistas, além de advogados, engenheiros, operários, comerciantes, entre outros. Sem esquecer os militantes e voluntários, havia mais de 50 colaboradores. Os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, João Alves das Neves, Carlos Maria de Araujo e João Sant’Anna Mota trabalhavam no jornal *O Estado de São Paulo* e colaboravam com *Portugal Democrático*. Os escritores Adolfo Casais Monteiro e Maria Archer atuaram no jornal desde o início, assim como Maria Antonia Fiadeiro, Sidônio Muralha, Veiga Leitão, Fernando Correia da Silva, Mario Henrique Leiria e Manuela Gouveia Antunes e o ensaísta Eduardo Lourenço. O artista plástico Fernando Lemos participou do jornal de 1958 até o final e fez parte do Conselho de Redação em dois momentos. Além destes, colaboraram também Jorge de Sena, o jornalista Paulo de Castro (pseudônimo de Francisco de Barros Cachapuz), Manuel Sertório, Francisco Vidal, Álvaro Veiga, Alexandre Ferreira, entre outros.

Para os pesquisadores Matos e Gonçalves (2014, pp. 235-236) diversos brasileiros, entre intelectuais, diplomatas e jornalistas apoiaram o jornal de distintas maneiras, como foi o caso do embaixador Álvaro Lins; dos sociólogos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; do crítico literário Antonio Candido; dos

escritores Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Murilo Mendes, Rubem Braga, Fernando Sabino, Lygia Fagundes Telles e Raquel de Queirós, dos poetas Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Vinícius de Moraes; dos historiadores Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Carlos Guuilherme Mota; do jornalista Claudio Abramo; do intelectual Sérgio Milliet e do editor Ênio Silveira. Também advogados e engenheiros brasileiros colaboraram, como Octávio Martins Moura, Edson Rodrigues Chaves e Sylvio Band ocupando cargos de direção no jornal, sem esquecer de Dulce Ramos, esposa de Vitor Ramos, que foi proprietária do periódico durante um curto período.

Portanto, o jornal falava em nome de um Portugal específico, democrático ainda que seus membros fossem de correntes distintas, de republicanos a monarquistas, com maioria de membros ou simpatizantes do Partido Comunista Português.

Figura 1: Primeira página da primeira edição do *Portugal Democrático* – 7 de julho de 1956



O primeiro número – nº 1, ano 1 – abre sua edição em vermelho e preto com um texto em formato de editorial se apresentando ao leitor. Seu slogan explica qual sua razão de ser: levar “a verdade sobre a nova realidade portuguesa”. Sua intenção não era ser mais um jornal para portugueses no Brasil. Afirmação que demonstra o quanto era prolífica a produção jornalística para essa comunidade no

país. Sua missão era produzir um jornal que transmitisse a verdade com independência. Seu público leitor era formado por portugueses e brasileiros que buscavam informações sobre Portugal.

Estamos absolutamente integrados na nossa união das forças democráticas em Portugal. [...] e que é a mais segura garantia de vitória. [...] Certeza de que os portugueses do Brasil, desejam, acima de tudo, o progresso do nosso país, dentro de um sistema democrático e digno. [...] Os nossos olhos estão sempre voltados para o interesse de Portugal (*Portugal Democrático*, ano 1, n. 1, p. 1).

E finaliza: “Voltado para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhosos das grandezas do passado, aqui tem pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático*” (*Portugal Democrático*, 1956, p. 1).

Em sua primeira edição de oito páginas, todas as matérias, os artigos e as colunas estão dedicados à luta contra a ditadura portuguesa. A primeira página traz um artigo sobre as cartas proibidas do historiador Antonio Sergio sobre Goa para o Ministro de Ultramar. Nele, fica claro que as colônias fazem parte das questões que preocupam a oposição. Ao lado, uma matéria sobre o campo de concentração de Tarrafal onde dezenas de portugueses foram presos. Fica evidente a veemência do periódico ao associar o governo de Salazar ao nazismo e à perseguição e exterminação dos judeus na Segunda Guerra Mundial.

O *Portugal Democrático* era um jornal sem financiamento, com quase nenhuma publicidade – só nos últimos anos ela aparece – produzido por simpatizantes da causa, todos voluntários, fossem portugueses ou brasileiros. Esse dado é explicitado no expediente do primeiro número do jornal e publicado na página 2:

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o ‘Portugal Democrático’ com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende de portugueses que, apesar de emigrados, desejam que em sua pátria vigore um regime verdadeiramente democrático. A forma mais imediata de ajudar consiste em subscrever uma assinatura anual CR\$ 20,00 ou uma assinatura especial Cr\$ 100,00 (*Portugal Democrático*, ano 1, n. 1, p. 2).

Na primeira página, chama a atenção o carimbo em vermelho que avisa: “Este número não foi visado pela Comissão de Censura em Portugal”. É uma forma de explicitar a censura vigente naquele país e informar ao leitor que o jornal não tinha sofrido qualquer restrição em sua publicação. Esse carimbo aparecerá em várias edições para informar o leitor. É um aviso que dava ao leitor a segurança sobre o conteúdo dos textos e sua credibilidade, uma vez que vários jornais mantidos na

“colônia” eram meros repetidores da imprensa salazarista. O *Portugal Democrático* era muito enfático em suas declarações chegando mesmo a permitir que se afirme que era um jornal editorializado, uma vez que todos os seus textos tinham um foco comum: o fim do regime vigente em Portugal. Ainda que seu público-alvo não fosse a colônia portuguesa – em sua maioria simpatizante ou partidária do Estado Novo português –, no primeiro número do jornal aparece em destaque uma nota cujo título é “Imigrados no Brasil”.

Só através do *Portugal Democrático*, muitos de nós podem tomar conhecimento desse movimento que vai ganhando a opinião pública de nosso país. Talvez custe ao português admirador de Salazar, aceitar a existência duma repressão tão cruel em sua pátria. [...] “sem renunciar a suas concepções, não hesite em reclamar a liberdade desses nossos compatriotas, perseguidos, martirizados e presos (*Portugal Democrático*, ano 1, n. 1, p. 1).

Figura 2 – Cabeçalhos do jornal *Portugal Democrático*



7. A edição do jornal: o texto e o visual de suas páginas

Na leitura dos seus exemplares, pode-se destacar alguns aspectos importantes. O *Portugal Democrático* manteve-se fiel ao seu objetivo do início ao fim de sua história: lutar contra a ditadura salazarista. Esse foi o motivo da sua criação. Suas páginas trazem informações de Portugal, mas

não apenas políticas, ainda que estas ocupem a maior parte do espaço. Há também notas sobre campeonatos de futebol, sobre a questão da saúde no país e a inflação. A poesia também está em suas páginas. No primeiro número, há o poema “Adeus à hora da largada” de Agostinho Neto, apresentado como “jovem poeta de Angola atualmente encarcerado na metrópole”. Ele foi o líder do Movimento Popular de Libertação de Angola e tornou-se presidente do país em 1975. Aqui se pode relacionar esse poema não apenas ao aspecto cultural do jornal, mas à questão colonial que explodirá com a Revolução dos Cravos. No primeiro número, há um artigo intitulado “Assuntos coloniais”, assinado por Adelino Amaral, onde ele afirma que esses povos sem direitos de cidadania estão sendo explorados e escravizados. Ao longo dos anos, esse tema irá ocupar com frequência a primeira página e será analisado em reportagens e artigos.

O jornal se construiu com artigos assinados por colaboradores, portugueses na sua maioria e também brasileiros. Nestes, há um tom mais pessoal e, dependendo do autor e da ocasião, será mais enfático e crítico em relação à ditadura portuguesa ou mais irônico, como, por exemplo, o artigo de Fernando Lemos (1956) intitulado “Portugal, doa a quem doer...” Nele o artista discorre sobre a descoberta do Brasil. “E eis que, virado o feitiço contra o feiticeiro, o índio acabou descobrindo o descobridor” (p. 8).

Havia também colunas fixas como “Opinião insuspeita” de Sarmiento Pimentel e “O Obscurantismo Salazarista” de Barradas de Carvalho, muitas vezes acompanhadas de desenhos e caricaturas. Em pequena nota na edição de maio de 1959, o impresso afirma: “[...] os artigos assinados que publicamos em nossas colunas refletem a opinião pessoal dos seus autores. Apenas os comentários e notas não assinadas traduzem a opinião da ‘Comissão de Redação’ de *Portugal Democrático*”. Essa observação demonstra que havia divergência entre os colaboradores e a Comissão de Redação.

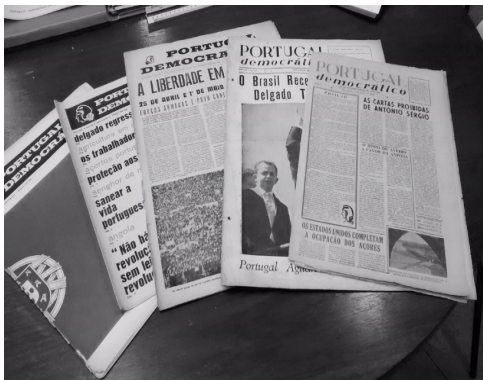
As matérias do jornal português, redigidas por colaboradores voluntários e simpatizantes da causa, não eram editadas e atravessavam o jornal com páginas internas reunindo a continuação de quatro ou cinco textos, o que produzia um efeito visual de miscelânea de escritos e autores. Conforme Ribeiro (1950), no Brasil é nos anos 1950, década de criação do *Portugal Democrático*, que os jornais começam a adotar o lide, primeiro parágrafo da notícia que busca responder às questões básicas sobre o tema. O fato de quase todos os textos do jornal português continuarem em outras páginas, sem maior preocupação de edição, remete a essa fase do jornalismo brasileiro. Até então os editores optavam por não cortar ou reduzir os textos para caber na página.

Portanto, essa forma de editar o jornal não era uma particularidade do *Portugal Democrático*, era uma prática comum na época.

As manchetes do jornal são muitas vezes “chamativas” e podem ser compreendidas como um recurso narrativo usado para sua legitimação (Albuquerque, 2000). Duas manchetes exemplificam essa observação: “Brasil recebeu Humberto Delgado Triunfalmente” (maio de 1959) e “Morreu o bicho não morreu a peçonha”. A primeira se refere à chegada ao país do general Humberto Delgado³, candidato da oposição às eleições presidenciais portuguesas. A outra noticia a morte de Salazar. O título do artigo assinado pela Redação do impresso é forte e trata o governante como “bicho” e enfatiza que sua morte não põe fim à ditadura, definida como peçonha ou veneno. Entretanto, creio que elas não podem ser consideradas sensacionalistas. Como afirma Márcia Amaral (2005), o sensacionalismo é um conceito errante. Está associado à imprensa popular e ao uso de artifícios que não seriam aceitáveis pela ética jornalística. O *Portugal Democrático* não é um jornal popular, ao contrário, é um veículo destinado a um público específico, politizado, parte de uma elite intelectual. E, se os títulos são discutíveis, em particular o segundo, pelo seu exagero e intensidade, não podem ser criticados por divulgarem informações falsas.

Ao longo dos quase 20 anos de existência, o *Portugal Democrático* não alterou seu perfil político. Entretanto, seu formato foi se modificando. Houve muitas alterações em termos visuais e gráficos. Mas o vermelho discreto em sua primeira edição permanece até a última de 1975 e ocupa toda a primeira página em homenagem a Revolução dos Cravos. O logotipo se modificou com os anos, assim como as dimensões do jornal.

Figura 3 – Primeiras páginas de *Portugal Democrático*



Nos primeiros anos, as fotos são poucas e pequenas. Os textos ocupam a maior parte do jornal, como é o caso do primeiro número que traz três pequenas fotos e alguns desenhos. Em alguns números, as fotografias funcionam como denúncia. É o caso da edição de abril de 1964 onde há uma foto na primeira página cujo título é “Estudantes contra Salazar!” e mostra uma manifestação de estudantes portugueses realizada no Dia do Estudante nas ruas de Lisboa contra o fascismo. Outro exemplo são as imagens de capa da edição do jornal de outubro-novembro de 1970. Ela traz fotos publicadas na revista alemã *Der Spiegel* tiradas em Moçambique e mostram as atrocidades do exército colonialista português contra um guerrilheiro da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique).

Desenhos, ilustrações e charges estiveram presentes durante toda a sua existência. A primeira edição traz o desenho de uma vendedora feito pelo artista português Lima de Freitas. O texto apresenta o jovem artista realista e não deixa de salientar sua preocupação em mostrar as contradições da sociedade portuguesa. O jornal de maio de 1959 traz uma charge com dois homens participando de uma manifestação, um deles com uma foto de Francisco Craveiro Lopes e outro com um cartaz escrito “Viva Delgado”. O primeiro era o candidato de Salazar à eleição e o segundo, Humberto Delgado, da oposição.

A difusão do jornal no Brasil se dava através da venda de assinaturas e depois, com seu crescimento, em bancas de jornal no Rio de Janeiro e São Paulo. As assinaturas eram parte importante do suporte do periódico que, para sobreviver, contava com o apoio de muitos voluntários em várias fases da sua produção como obtenção de apoio financeiro, seleção dos temas, convite para os colaboradores e redação propriamente dita. Havia ainda os que cuidavam da parte gráfica, da correção e revisão dos textos e os que atuavam na diagramação, na expedição e na distribuição dos exemplares. Miguel Urbano fala sobre o processo de edição (Matos; Gonçalves, 2014):

Normalmente havia uma data convencionada para o “fecho” do jornal e um membro designado para coordenar a recolha e organização do material a ser publicado. Havia uma primeira reunião para definir o tema de fundo e as questões especiais serem abordadas na edição, escolha dos colaboradores [...] Havia um elemento que fazia a ligação com a tipografia (p. 237).

Na edição de maio de 1959, há notas que abordam a questão da venda, assinatura e distribuição do jornal, inclusive fora do país. Nelas a

redação informa que, para assuntos ligados ao jornal como assinaturas, doações, sugestões, deve-se entrar em contato com o Sr. Jorge Silveira através do endereço fornecido. Na última página, há uma nota que diz: “A todos os assinantes de *Portugal Democrático*, quer do Brasil, quer de Portugal ou do estrangeiro, solicitamos que mandem pagar suas assinaturas em débito com toda a urgência”. Informes como esses demonstram o escopo de circulação do jornal – internacional – e o quanto ele dependia financeiramente da venda de assinaturas para se manter.

A publicidade em suas páginas é quase inexistente até o início da década de 1970. Na edição de maio de 1974, por exemplo, surgem anúncios de serviços de advogado e de agências de seguro. Os dois últimos números do jornal de 1975 já estão cheios de anúncios os mais diversos. São de gráficas, de empresas de fotolito, de editoras, de livros soviéticos⁴, de corretora de seguros, de empresas de transporte, de uma rádio, de um programa luso na TV Tupi, de um jornal sindical, entre outros. Essas edições apresentam maior número de páginas também.

Considerações finais

A ideia deste artigo foi apresentar o *Portugal Democrático* e os primeiros dados de uma pesquisa sobre a imprensa portuguesa no exílio no Brasil e como os exilados atuaram nela. Ficou claro que a presença portuguesa no Brasil foi grande e o movimento transatlântico intenso trazendo emigrantes e exilados ao longo do século XX. O *Portugal Democrático* tinha como leitor principal os exilados políticos e a intelectualidade brasileira contrária à ditadura salazarista. Esta última além de leitora, também colaborou como foi o caso de: Antonio Candido, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Álvaro Lins, Sérgio Buarque de Holanda, Lígia Fagundes Telles e participou de movimentos e campanhas contra o governo de Salazar.

O jornal produzido no Brasil é expressão de um movimento internacional contra a ditadura que atuou em vários países da Europa, principalmente França e Espanha, estabelecendo uma rede de solidariedade e apoio aos exilados, divulgando as atrocidades do regime português e lutando no exterior pelo seu fim. Segundo Matos e Gonçalves (2014, p. 236), através da colaboração de vários opositores do regime, o periódico chegava a Portugal graças a

estratégias variadas, como ser enviado junto com outros jornais, através de tripulações dos navios simpatizantes à causa e também pelo correio. Assim também atingia o público antissalazarista exilado no Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França. Como afirma a pesquisadora Gilda Santos (2005, p. 59), o jornal não foi um “fenômeno isolado no Brasil, em São Paulo”. Nas suas páginas é possível encontrar a presença de órgãos semelhantes existentes em outros países como associações, comitês e agrupações no Canadá e França.

Se, de um lado o impresso era produzido por portugueses e brasileiros e tendo circulação internacional, é relevante destacar a ausência do Brasil em suas páginas. Não há praticamente nenhuma notícia ou coluna sobre o país. O jornal está totalmente voltado para as questões de Portugal, e o Brasil aparece como local da sede. Os textos não tratam de questões do país, mesmo em momentos dramáticos como o golpe militar de março de 1964. Como se sabe, a censura à imprensa no Brasil ainda não tinha ganhado a força que teria nos anos seguintes ao golpe, especialmente a partir de 1968 com o AI-5. Quero chamar atenção com essa observação que, ao longo da leitura de suas edições, ficou evidente que o foco do jornal não era o Brasil. Em períodos anteriores a 1964, em fases mais democráticas da vida nacional, os temas do país não ocupavam as páginas do *Portugal Democrático*. Certamente, depois de 1964 essa omissão tem uma outra razão de ser: a preservação do próprio periódico.

O veículo pode ser visto como um canal de expressão dessa comunidade que buscava em outro país e, fugindo da censura em Portugal, lutar pela sua causa. Produzido com rara periodicidade – mensal e durante 19 anos ininterruptos – o jornal é um caso exemplar para pensar a relação entre exílio e imprensa. Os exilados italianos durante o fascismo, assim como os brasileiros durante a ditadura militar, também produziram jornais e revistas com o intuito de divulgar a situação em seu país e mobilizar a comunidade internacional (Rollembrg, 1999).

Por fim, saliento que esta é a primeira produção de uma pesquisa em andamento que além de estudar o jornal, em uma segunda etapa, realizará entrevistas com exilados políticos portugueses sobre suas histórias de vida e sua visão deste importante periódico político.

NOTAS

- 1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, em São Paulo, em 2016.
- 2 A segunda etapa desse projeto é a realização de entrevistas com portugueses que se exilaram no Brasil durante a ditadura Salazar. Elas incluirão também portugueses que não atuaram diretamente no periódico.
- 3 O general Humberto Delgado foi assassinado em 13 de fevereiro de 1965, na Espanha, por uma agente da PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado.
- 4 Recuperado de http://www.refugiados.net/cid_bkup/asilo2/2eac-nur.html. Acesso em 24 de julho de 2017.
- 5 Trata-se de uma propaganda com a sigla CT que anuncia livros em espanhol, inglês e francês de tecnologia, medicina e literatura vendido por reembolso postal e o endereço é de São Paulo, Não há referência aos títulos das obras, nem seus autores. Vale lembrar que muitos dos colaboradores do jornal eram membros do Partido Comunista Português.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, A. (2000). A narrativa jornalística para além dos faits-divers. *Lumina*. Salvador, v. 3, n. 2, pp. 69-91, jul/dez. Recuperado de www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R5-Afonso-HP.pdf.

Amaral, M. (2005). Sensacionalismo, um conceito errante. *Intexto*. Porto Alegre, UFRGS, v. 2, n. 13, pp. 1-13, jul/dez. Recuperado em 24 de julho de 2017 de <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4212/4464>.

Barcelos, T & Goulart, A. P. (2009). Militantes e jornalismo: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura. *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Intercom*, 9. Rio de Janeiro. Anais recuperado de www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0976-1.pdf

Bauman, Z. (2002). Los nuevos intocables. *El País*. Recuperado de https://elpais.com/diario/2002/02/10/opinion/1013295609_850215.html. "Los refugiados de hoy fuera del 'no lugar' al que han sido proyectados". Tradução minha.

Telo da Côrte, A. (2013). A. A Imigração Portuguesa Através da Política de Imigração Brasileira: algumas considerações. In: Martins, I. & Hecker, A. (Orgs.). *E/Imigrações, questões, inquietações* (pp. 39-52). São Paulo: Ed. Expressão e Arte.

Escudero, C. (2007). *Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e identidade: estudo dos jornais ibéricos Mundo Lusíada e Alborada*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

Ferreira, S. (2016). A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social – breve caracterização. *Observatório da Emigração*, Lisboa, DGACCP/ISCTE. Recuperado de http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5097/OEm_WorkingPaper_02_2016_Media.pdf

Grosso, B. (2002). Os exílios europeus no século XX. *Diálogos*, Maringá, DHI/UEM, v. 6, pp.69-100.

Matos, M. I. S. & Gonçalves, L. P. (2014). Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O jornal *Portugal Democrático: questões e debates* (1958-1977). Projeto História, São Paulo, n. 50, pp.224-246, ago.

Martins, I. de L.; Sousa, F. (2007). *Emigração Portuguesa Para o Brasil*. Porto, Portugal: CEPESE/Universidade do Porto, Edições Afrontamento, v. 1.

Nações Unidas. (1951, 1 de Janeiro). *Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*. Resolução N.º 319 (IV), de 3 de Dezembro de 1949. Recuperado de http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2eacnur.html

Parada, M. (2015). Reinvenções de si: o exílio como deslocamento e crítica. *Projeto História*. São Paulo, n. 53, pp.88-120, maio-agosto.

Paschkes, M. L. A. (1985). *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense.

Paulo, H. (2007). O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Estudos do Século XX*, Coimbra, 7, pp. 61-76.

Paulo, H. (2006-2007). O exílio português no Brasil: Os "Budás" e a oposição antissalazarista. *Portugueses Studies Review New Hampshire*. 14(2), pp. 125-142.

Ribeiro, A. P. G. (1950). *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos*

50. Rio de Janeiro: E-papers.

Rolleberg, D. (1999). *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.

Said, E. (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, G. (2005). O jornal Portugal Democrático: demandas do literário em meio à proposta política. *Léguas & meia*, Feira de Santana. v. 4, n. 3, pp. 59-69.

Santos, M. U. (2009). *Discurso*. Recuperado em junho de 2017 de www.odiario.info.

Silva, D. M. (2006). *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro: 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Silva, D. M. (2007). *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*. 2007. Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação, Museu Nacional.

Isabel Travancas é professora associada da Escola de Comunicação da UFRJ e membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da mesma instituição. É jornalista de formação, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ, e doutora em Literatura Comparada pela UERJ. É autora de *O mundo dos jornalistas* (1993), *O livro no jornal* (2001) e *Juventude e televisão* (2007). E-mail: isabeltravancas@gmail.com.

RECEBIDO EM: 13/04/2017 | ACEITO EM: 20/08/2017